



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE OLÍMPIA

Conforme Lei Municipal nº 4.254, de 14 de junho de 2017

Terça-feira, 01 de outubro de 2024

Ano VIII | Edição nº 1783

Página 2 de 13

### PODER EXECUTIVO

#### Atos Oficiais

#### Leis

#### **LEI COMPLEMENTAR N.º 292, DE 01 DE OUTUBRO DE 2024**

Autoriza o Poder Executivo Municipal a outorgar concessão de Direito Real de Uso de Hospital Público Municipal a ser construído em área urbana que especifica e dá outras providências.

**FERNANDO AUGUSTO CUNHA**, Prefeito Municipal da Estância Turística de Olímpia, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1.º** O Executivo fica autorizado a outorga da concessão de direito real de uso à Santa Casa de Misericórdia de Olímpia, com sede nesta cidade de Olímpia, Estado de São Paulo, CNPJ/MF n.º 53.227.229/0001-20, pelo prazo de 30 (trinta) anos, com a reversão do imóvel ao Município da Estância Turística de Olímpia, podendo ser prorrogado por igual período, de Hospital Público Municipal a ser construído no imóvel pertencente a matrícula n.º 118.333, registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Olímpia/SP, objeto da Concorrência Pública n.º 08/2024.

**Art. 2.º** A concessão do referido Hospital Público Municipal, será feita nas seguintes condições e encargos que deverão ser cumpridos pela concessionária:

I - a concessionária será responsável pela administração e operação das atividades do novo Hospital;

II - é vedada a destinação do imóvel para outro fim que não seja o previsto nesta Lei;

III - a concessionária fica obrigada a zelar pelo patrimônio ora cedido, às suas expensas, não cabendo nenhum tipo de cobrança a concedente sob qualquer natureza.

**Art. 3.º** A concessão de direito real de uso do Hospital Público Municipal, será a título gratuito, temporário, e pelo prazo de duração da concessão.

**Art. 4.º** O não cumprimento, pela concessionária, das condições e encargos estabelecidos nesta Lei, importará na reversão do imóvel ao patrimônio municipal, com todas as benfeitorias nela edificadas, sem qualquer ônus, indenização ou retenção.

**Art. 5.º** Correrão por conta do Município da Estância Turística de Olímpia/SP todas as despesas com a construção do Hospital Público Municipal e execução da presente Lei na forma interna, administrativa e registral.

**Art. 6.º** São partes integrantes o croqui do futuro hospital e a matrícula pertinente a área.

**Art. 7.º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data

de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia, em 01 de outubro de 2024.

**FERNANDO AUGUSTO CUNHA**  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no setor competente da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia, em 01 de outubro de 2024.

**CLÉBER LUÍS BRAGA**  
Supervisor de Expediente

#### **LEI N.º 5.027, DE 01 DE OUTUBRO DE 2024**

(Projeto de Lei n.º 6.127/2024, de autoria do Vereador José Roberto Pimenta)

Declara de utilidade pública a Associação Plenitude de Cultura, Apoio Educacional e Assistencial.

**FERNANDO AUGUSTO CUNHA**, Prefeito Municipal da Estância Turística de Olímpia, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1.º** Fica declarada de utilidade pública a Associação Plenitude de Cultura, Apoio Educacional e Assistencial, inscrita no CNPJ n.º 43.281.638/0001-50, com atividades de organizações associativas ligadas a cultura e a arte, sediada na Rua Durval Britto, n.º 582, anexo B, Jardim Glória, na Estância Turística de Olímpia.

**Art. 2.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia, em 01 de outubro de 2024.

**FERNANDO AUGUSTO CUNHA**  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no setor competente da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia, em 01 de outubro de 2024.

**CLÉBER LUÍS BRAGA**  
Supervisor de Expediente

### Decretos

#### **DECRETO N.º 9.278, DE 30 DE SETEMBRO DE 2024**

Regulamenta o art. 31 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre os procedimentos operacionais da licitação na modalidade leilão, na forma eletrônica e institui o Sistema de Leilão Eletrônico no âmbito da administração pública municipal direta.

**FERNANDO AUGUSTO CUNHA**, Prefeito da Estância



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE OLÍMPIA

Conforme Lei Municipal nº 4.254, de 14 de junho de 2017

Terça-feira, 01 de outubro de 2024

Ano VIII | Edição nº 1783

Página 3 de 13

Turística de Olímpia, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

### **D E C R E T A:**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

##### **Objeto e âmbito de aplicação**

**Art. 1.º** Este Decreto regulamenta o art. 31 da Lei nº 14.133, de 1.º de abril de 2021, para dispor sobre os procedimentos operacionais da licitação na modalidade leilão, na forma eletrônica, para alienação de bens imóveis e bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos, e institui o Sistema de Leilão Eletrônico, no âmbito da administração pública municipal direta.

**Parágrafo único.** Será admitida, excepcionalmente, nos termos do disposto no inciso IV do § 2º do art. 31 da Lei nº 14.133, de 2021, a realização do leilão na forma presencial, mediante prévia justificativa da autoridade competente e comprovação da inviabilidade técnica ou da desvantagem para a Administração, observados os requisitos definidos em regulamento.

**Art. 2.º** Fica instituído o Sistema de Leilão Eletrônico, ferramenta informatizada e disponibilizada pela Secretaria Municipal de Administração, para a realização de licitação, na modalidade leilão, destinada à alienação de bens imóveis e bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos.

#### **CAPÍTULO II**

#### **DO COMETIMENTO DO LEILÃO**

**Art. 3.º** O leilão poderá ser cometido a servidor designado pela autoridade competente ou a leiloeiro oficial.

**§ 1.º** A opção por leiloeiro oficial deverá ser justificada, observados:

I - a disponibilidade de recursos de pessoal da Administração para a realização do leilão;

II - a complexidade dos serviços necessários para a preparação e a execução do leilão;

III - a necessidade de conhecimentos específicos para a alienação;

IV - o custo procedimental para a Administração; e

V - a ampliação prevista da publicidade e da competitividade do leilão.

**§ 2.º** Ao leiloeiro oficial poderão ser designadas tarefas como vistoria e avaliação de bens, loteamento, verificação de ônus e débitos, desembaraço de documentos, organização da visitação, atendimento integral aos interessados e arrematantes, entre outras.

**§ 3.º** É vedado pagamento de comissão a servidor designado para atuar como leiloeiro.

**Art. 4.º** Na hipótese de realização de leilão por intermédio de leiloeiro oficial, sua seleção será mediante credenciamento.

**§ 1.º** O credenciamento de que trata o caput observará, como parâmetro máximo da taxa de comissão a ser paga pelos arrematantes a todos os credenciados, o montante de cinco por cento do valor do bem arrematado.

**§ 2.º** É vedada a previsão de taxa de comissão a ser

paga pelos comitentes.

#### **CAPÍTULO III**

#### **DO PROCEDIMENTO**

##### **Etapas**

**Art. 5.º** A realização do leilão, na forma eletrônica, observará as seguintes fases sucessivas:

I - divulgação do edital;

II - apresentação da proposta inicial fechada;

III - abertura da sessão pública e envio de lances;

IV - julgamento;

V - recurso;

VI - pagamento pelo licitante vencedor; e

VII - homologação.

##### **Critério de julgamento das propostas**

**Art. 6.º** O critério de julgamento adotado para escolha da proposta mais vantajosa na modalidade leilão será o de maior lance, a constar obrigatoriamente do edital.

#### **CAPÍTULO IV**

#### **DA DIVULGAÇÃO DO EDITAL**

##### **Conteúdo do edital**

**Art. 7.º** O edital, divulgado pelo órgão como agente promotor do leilão, ou pelo leiloeiro oficial, conterá as seguintes informações sobre a realização do leilão:

I - descrição do bem, com suas características;

II - valor pelo qual o bem foi avaliado, preço mínimo pelo qual poderá ser alienado, condições de pagamento e, se for o caso, comissão do leiloeiro designado, valor da caução e despesas relativas à armazenagem incidentes sobre mercadorias arrematadas;

III - indicação do lugar onde estão localizados os bens imóveis, móveis, os veículos ou os semoventes, a fim de que interessados possam conferir o estado dos itens a serem leiloados, em data e horário estabelecidos;

IV - sítio da internet e período em que ocorrerá o leilão;

V - especificação de eventuais ônus, gravames ou pendências existentes sobre os bens a serem leiloados;

VI - critério de julgamento das propostas pelo maior lance, nos termos do disposto no art. 9º;

VII - intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, quando necessário, que incidirá tanto em relação a lances intermediários quanto a lance que cobrir a melhor oferta; e

VIII - data e horário de sua realização, respeitado o horário comercial, e endereço eletrônico onde ocorrerá o procedimento.

**§ 1.º** As informações de que trata o caput serão inseridas no sistema pelo órgão, como agente promotor do leilão, ou pelo leiloeiro oficial.

**§ 2.º** O prazo fixado para abertura do leilão e o envio de lances, de que trata o Capítulo VI, constará do edital e não será inferior a quinze dias úteis, contado a partir da data de divulgação do edital.

##### **Divulgação**

**Art. 8.º** O leilão será precedido de divulgação do edital no Portal Nacional de Contratações Públicas, com as



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE OLÍMPIA

Conforme Lei Municipal nº 4.254, de 14 de junho de 2017

Terça-feira, 01 de outubro de 2024

Ano VIII | Edição nº 1783

Página 4 de 13

informações constantes do art. 7.º.

**Parágrafo único.** O edital, além da divulgação de que trata o caput, deverá ser afixado em local de ampla circulação de pessoas na sede da Administração e poderá, ainda, ser divulgado por outros meios necessários para dar ampla publicidade ao certame e aumentar a competitividade entre licitantes, em conformidade com o § 1.º do Art. 54 da Lei n.º 14.133, de 2021.

### CAPÍTULO V

#### DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL FECHADA

##### Edital de licitação

**Art. 9.º** Após a divulgação do edital, o licitante interessado em participar do leilão eletrônico encaminhará, exclusivamente, via sistema, sua proposta inicial até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**§ 1.º** O licitante declarará em campo próprio do sistema:

I - a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração;

II - o pleno conhecimento e a aceitação das regras e das condições gerais constantes do edital; e

III - responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema diretamente ou por intermédio de seu representante, assumidas como firmes e verdadeiras.

**§ 2.º** As informações declaradas no sistema na forma do § 1.º permitem a participação dos interessados no leilão, na forma eletrônica, e não constituem registro cadastral prévio.

**§ 3.º** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema, sendo de sua responsabilidade o ônus decorrente da perda do negócio pela inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou por sua desconexão.

### CAPÍTULO VI

#### DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO ENVIO DE LANCES

##### Abertura

**Art. 10.** Na data e horário estabelecidos no edital, o procedimento será aberto pelo sistema para envio de lances públicos e sucessivos por período não inferior a três horas e de, no máximo, seis horas.

**Parágrafo único.** Os lances ocorrerão exclusivamente por meio do sistema.

##### Envio de lances

**Art. 11.** O licitante somente poderá oferecer valor superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, se houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação a lances intermediários quanto em relação a lance que cobrir a melhor oferta.

**Parágrafo único.** O licitante poderá oferecer lances sucessivos, desde que superiores ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**Art. 12.** Os licitantes, durante o procedimento, serão informados, em tempo real, do valor do maior lance

registrado, vedada a identificação do licitante.

**Art. 13.** O licitante será imediatamente informado pelo sistema do recebimento de seu lance.

##### Desconexão do sistema na etapa de lances

**Art. 14.** Na hipótese de o sistema se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública, mas permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão a ser recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**Parágrafo único.** Caso a desconexão do sistema para o órgão promotor da licitação persista por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato aos participantes no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

##### Classificação

**Art. 15.** Imediatamente após o encerramento do prazo da etapa de envio de lances estabelecido nos termos do art. 10, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem decrescente de classificação.

### CAPÍTULO VII

#### DO JULGAMENTO

##### Verificação da conformidade da proposta

**Art. 16.** Encerrada a etapa de envio de lances, o leiloeiro oficial ou o servidor designado verificará a conformidade da proposta e considerará vencedor aquele licitante que ofertou o maior lance, observado o preço mínimo pelo qual poderá ser alienado o bem.

**Art. 17.** Definido o resultado do julgamento, o leiloeiro oficial ou o servidor designado poderá negociar condições mais vantajosas para a Administração com o primeiro colocado, por meio do sistema, quando a proposta permanecer abaixo do preço mínimo estipulado pela Administração para arrematação.

**§ 1.º** Os demais licitantes poderão acompanhar a negociação de que trata o caput.

**§ 2.º** Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento de licitação, a ser anexada aos autos do processo de contratação.

**Art. 18.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer abaixo do preço mínimo estipulado pela Administração para arrematação, observado o disposto no § 2º do art. 17.

##### Procedimento fracassado ou deserto

**Art. 19.** Na hipótese de o procedimento restar fracassado, o órgão ou a entidade poderá:

I - republicar o procedimento; ou

II - fixar prazo para que os interessados possam adequar as suas propostas.

**Parágrafo único.** A republicação também poderá ocorrer na hipótese de o procedimento restar deserto.

### CAPÍTULO VIII

#### DO RECURSO



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE OLÍMPIA

Conforme Lei Municipal nº 4.254, de 14 de junho de 2017

Terça-feira, 01 de outubro de 2024

Ano VIII | Edição nº 1783

Página 5 de 13

**Art. 20.** Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a cinco minutos, de forma imediata e após o término do julgamento das propostas, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

**§ 1.º** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio do sistema, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação ou da lavratura da ata de julgamento.

**§ 2.º** Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação ou de divulgação da interposição do recurso.

**§ 3.º** Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**§ 4.º** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não puderem ser aproveitados.

**§ 5.º** Na hipótese de ocorrência da preclusão prevista no caput, o processo será encaminhado à autoridade superior, que fica autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

### **CAPÍTULO IX DO PAGAMENTO**

**Art. 21.** O leiloeiro oficial ou o servidor designado, após a declaração do vencedor, emitirá, por meio do sistema, a Guia de Recolhimento do Município.

**§ 1.º** A emissão de que trata o caput ocorrerá para que o licitante vencedor proceda, no prazo estabelecido no edital, ao pagamento do bem e ao arremate, salvo:

I – disposição diversa em edital;

II – arrematação a prazo; ou

III – outra forma prevista em lei ou em regulamentação específica que impeça a arrematação imediata.

**§ 2.º** O arrematante enviará o comprovante de pagamento ao leiloeiro oficial ou ao servidor designado por meio do sistema.

**§ 3.º** Na hipótese de não realização do pagamento pelo arrematante, o leiloeiro oficial ou o servidor designado, após atestar o fato, examinará o lance imediatamente subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de proposta que atenda à Administração.

**§ 4.º** O pagamento poderá ser realizado, no todo ou em parte, por intermédio de dação em pagamento ou de permuta, desde que disposto em edital.

### **CAPÍTULO X DA HOMOLOGAÇÃO**

**Art. 22.** Encerradas as etapas de recurso e de pagamento, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei n.º 14.133, de 2021.

### **CAPÍTULO XI DO CONTRATO**

**Art. 23.** Nos contratos decorrentes do disposto neste

Decreto, deverão constar as cláusulas elencadas no art. 92 da Lei n.º 14.133, de 2021, observadas, ainda, as regras previstas em lei ou em regulamentação específica.

**Parágrafo único.** O arrematante pessoa jurídica, previamente à celebração do contrato, deverá comprovar a regularidade perante a seguridade social, nos termos do disposto no § 3º do art. 195 da Constituição.

### **CAPÍTULO XII DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**Art. 24.** O arrematante, em caso de infração aos dispositivos contidos neste Decreto, estará sujeito às sanções administrativas previstas na Lei n.º 14.133, de 2021, e às demais cominações legais, além da perda de caução, se houver, em favor da Administração, com a reversão do bem a novo leilão, no qual não será admitida a participação do arrematante, conforme disposto no art. 897 da Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015.

### **CAPÍTULO XIII DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO**

**Art. 25.** A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório de que trata este Decreto, por motivo de conveniência e de oportunidade, e deverá anular, por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

**§ 1.º** O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

**§ 2.º** A autoridade, ao pronunciar a nulidade, indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornados sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e ensejará a apuração de responsabilidade daquele que tenha dado causa.

### **CAPÍTULO XIV DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Orientações gerais**

**Art. 26.** Os horários estabelecidos na divulgação do procedimento e durante o envio de lances e da documentação relativa ao procedimento observarão o horário de Brasília, inclusive para contagem de tempo e de registro no sistema.

**Art. 27.** Os dirigentes do órgão e servidores, que utilizem o Sistema de Leilão Eletrônico responderão administrativa, civil e penalmente por ato ou por fato que caracterize o uso indevido de senhas de acesso ou que transgrida as normas de segurança instituídas.

**Parágrafo único.** Os órgãos deverão assegurar o sigilo e a integridade dos dados e das informações da ferramenta informatizada de que trata este Decreto, além da proteção contra danos e contra utilizações indevidas ou desautorizadas no âmbito de sua atuação.

**Art. 28.** O Secretário Municipal de Administração poderá editar normas complementares para a execução do disposto neste Decreto.

#### **Vigência**

**Art. 29.** Este decreto entra em vigor na data de sua





# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE OLÍMPIA

Conforme Lei Municipal nº 4.254, de 14 de junho de 2017

Terça-feira, 01 de outubro de 2024

Ano VIII | Edição nº 1783

Página 6 de 13

publicação, revogando-se as disposições em contrário.  
Registre e publique.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia,  
em 30 de setembro de 2024.

**FERNANDO AUGUSTO CUNHA**

*Prefeito Municipal*

Registrado e publicado no setor competente da  
Prefeitura Municipal de Olímpia, em 30 de setembro de  
2024.

**CLÉBER LUIS BRAGA**

*Supervisor de Expediente*

### **DECRETO N.º 9.279, DE 30 DE SETEMBRO DE 2024**

Dispõe sobre o desligamento do  
serviço ativo do Município de  
Olímpia em decorrência da  
Aposentadoria por Tempo de  
Contribuição, da Senhora **REGINA  
CÉLIA DO LÍCIO GOUVEIA**.

**FERNANDO AUGUSTO CUNHA**, Prefeito Municipal da  
Estância Turística de Olímpia, Estado de São Paulo, no uso  
de suas atribuições legais e, considerando o teor do  
Processo de Aposentadoria do OLÍMPIA PREV n.º 053/2024,

#### **DECRETA:**

**Art. 1.º** Fica desligada do serviço público por motivo  
de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, a partir de 20  
de outubro de 2024, a Servidora Municipal **REGINA CÉLIA  
DO LÍCIO GOUVEIA**, CPF n.º 018.739.868-23, do cargo de  
Professora de Educação Básica I, pertencente ao Quadro de  
Pessoal Civil do Município de Olímpia.

**Art. 2.º** A Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura  
Municipal da Estância Turística de Olímpia efetivará o  
desligamento do serviço ativo.

**Art. 3.º** Este decreto entra em vigor na data de sua  
publicação, com seus efeitos a partir de 20 de outubro de  
2024.

Registre e publique.

Prefeitura da Estância Turística de Olímpia, em 30 de  
setembro de 2024.

**FERNANDO AUGUSTO CUNHA**

*Prefeito Municipal*

Registrado e publicado no setor competente da  
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia, em 30  
de setembro de 2024.

**CLÉBER LUIS BRAGA**

*Supervisor de Expediente*

### **DECRETO N.º 9.280, DE 30 DE SETEMBRO DE 2024**

Acréscita dispositivo no Decreto  
n.º 8.509, de 11 de agosto de  
2022, que institui e nomeia o  
Comitê de Privacidade, para  
implantação da Lei n.º  
13.709/2018 - Lei Geral de

Proteção de Dados no âmbito do  
Município da Estância Turística de  
Olímpia e dá outras providências.

**FERNANDO AUGUSTO CUNHA**, Prefeito Municipal da  
Estância Turística de Olímpia, Estado de São Paulo, no uso  
de suas atribuições legais,

#### **DECRETA:**

**Art. 1.º** Fica acrescido inciso VI, no artigo 4.º, do  
Decreto n.º 8.509, de 11 de agosto de 2022, com a  
seguinte redação:

**"Art. 4.º (...):**

**...**

VI - Ana Paula Rodrigues Bertolino - Divisão de Arquivo  
Público;

**..."**

**Art. 2.º** Este Decreto entra em vigor na data de sua  
publicação.

Registre e publique.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia,  
em 30 de setembro de 2024.

**FERNANDO AUGUSTO CUNHA**

*Prefeito Municipal*

Registrado e publicado no setor competente da  
Prefeitura Municipal de Olímpia, em 30 de setembro de  
2024.

**CLÉBER LUIS BRAGA**

*Supervisor de Expediente*

### **DECRETO N.º 9.281, DE 30 DE SETEMBRO DE 2024**

Dispõe sobre alteração do  
Decreto n.º 9.067, de 06 de  
março de 2024, que dispõe sobre  
a criação da Comissão Municipal  
de Estudos para elaboração do  
Plano Estratégico de Preservação  
Arquivística Digital da Estância  
Turística de Olímpia, e dá outras  
providências.

**FERNANDO AUGUSTO CUNHA**, Prefeito Municipal da  
Estância Turística de Olímpia, Estado de São Paulo, no uso  
de suas atribuições legais,

#### **DECRETA:**

**Art. 1.º** O artigo 2.º, do Decreto n.º 9.067, de 06 de  
março de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 2.º (...):**

- Ana Paula Rodrigues Bertolino - Titular

Diretora da Divisão de Arquivo Público

- Camila Frugis Gonzalis Lima - Suplente

Chefe do Setor de Gestão Documental

- Victor Ishikawa Mansano - Titular

Diretor da Divisão de Tecnologia da Informação

- Nilton Aparecido Garcia - Suplente

Chefe do Setor de Infraestrutura de Redes e Servidores

- Mariana Souza Guimarães - Titular